



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBA
Estado do Espírito Santo

Nota Explicativa aos Demonstrativos Contábeis do Exercício de 2025

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetiba, órgão do Poder Executivo do Município, situado no Estado do Espírito Santo, se constitui em Personalidade Jurídica de Direito Público, composto pelo Gabinete do Prefeito, Unidade Central de Controle Interno, Procuradoria Jurídica, e possui a seguinte estrutura:

Secretarias Municipais:

Secretaria de Administração;
Secretaria da Fazenda;
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Cultura e turismo;
Secretaria Municipal de Obras e infraestrutura;
Secretaria de Serviços Urbanos;
Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento e Ação Social;
Secretaria de Agropecuária;
Secretaria de Meio Ambiente;
Secretaria de Esportes e Lazer;
Secretaria do Interior;
Secretaria de Transportes;
Secretaria de Gabinete;
Secretaria de Planejamento e Projetos;
Secretaria Jurídica;
Controladoria Geral Interna.

Fundos Especiais:

Fundo de Desenvolvimento Municipal
Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil
Fundo Municipal do Idoso
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fundo Municipal de Assistência Social;

Consórcios Públicos:

Consortio Publico da Regiao Doce Oeste do Espirito Sauto —
CONDOESTE.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Município foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público publicado, integrante do o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, estendido pelo Plano de Contas do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCEES).

NOTA 2- BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial retrata a situação estática do Patrimônio, sob seus aspectos qualitativos (Bens, Valores, Créditos e Obrigações) e quantitativos (Ativo, Passivo, Saldo Patrimonial, Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial do Exercício), registrando e demonstrando a variação de seus componentes.

Entende-se por Patrimônio o conjunto de bens, materiais ou não, direitos ações e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou uma entidade e seja suscetível de mensuração econômica. A análise deste instrumento serve para evidenciar a situação financeira e patrimonial da prefeitura e quando combinado com outras informações permite gerenciar também limites de endividamento e níveis de dispêndios com dívidas.

Apresentamos a seguir, um resumo desta importante demonstração contábil.

Passivo 2025	R\$ 122.075.992,45
Patrimonio Liquido 2025	R\$ 218.014.438,70
Passivo Total 2025	R\$ 340.090.431,15
Ativo Total 2025	R\$ 340.090.431,15

Análise técnica:

A situação patrimonial é **superavitária**, com solvência positiva e evolução do patrimônio líquido, refletindo boa gestão dos recursos públicos. Houve um crescimento relevante do ativo financeiro, especialmente em caixa e equivalentes (R\$ 76,9 milhões) e também uma redução do passivo não circulante, indicando diminuição de obrigações de longo prazo.

NOTA 2.1 – ALMOXARIFADO

A comissão permanente de inventário, levantamento, acompanhamento, doação e permuta de bens móveis permanentes, avaliação e reavaliação patrimonial de bens móveis, imóveis e intangíveis, conforme Lei 2624/2022, instituída pelo Decreto nº 1611/2022, publicado da 30 de dezembro de 2022

e suas alterações conforme a Lei LEI Nº 2906/2025 , e Decreto nº 132/2025, declara para os devidos fins que realizou o Inventário Anual de Bens em ALMOXARIFADO, registrado no processo administrativo nº 2025-MS2NC, tendo apurado os seguintes valores: RS 7.736.033,98.

O Controle dos itens em almoxarifado é realizado pelo setor correspondente, sendo que a contabilidade efetua os devidos registros legais na contabilidade e confere mensalmente conforme a tabela em anexo, acontece que no sistema de contabilidade que anteriormente existiam mais contas contábeis para material de consumo e foi adotado e centrado em algumas contas e o de material de consumo ficou a conta 1156101 faltando apenas a baixa na contabilidade da conta 1156199 em 2026 .

NOTA 2.2- BENS PATRIMONIAIS/MÓVEIS E IMÓVEIS.

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. A Prefeitura possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Em atendimento ao princípio da oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica.

Segue abaixo resumo do saldo em bens patrimoniais:

Conta Contábil	Valor Inventário	Valor Contábil	Diferença
Bens Móveis	59.229.370,84	59.229.370,84	0,00
Bens Imóveis	209.316.117,02	209.316.117,02	0,00

As depreciação foram todas calculadas seguindo a regulamentação vigente, porém devido a extinção da conta de depreciação de imóveis em andamento no plano de contas, ocasionando a necessidade de reclassificação da conta e acerto tabelas do imobilizado pelo sistema de informação do Município no montante de R\$ 47.815,83 porém esse ajuste ocorreu apenas após o fechamento contábil de 2025 e seu lançamento contábil apenas para o exercício de 2026.

NOTA 2.3 BENS INTANGÍVEIS

Bens intangíveis são as propriedades imateriais de uma empresa, que não existem fisicamente, como é o caso de marcas, patentes, licenças, direitos autorais, softwares, desenvolvimento de tecnologia, receitas, fórmulas, carteira de clientes, recursos humanos e know-how.

Por exemplo, para usar um software de edição de imagens, como o Photoshop, uma agência de design precisa comprar os direitos de uso. Outro exemplo é uma startup que desenvolve internamente uma tecnologia inovadora. Tudo isso se transforma em bens intangíveis da empresa e agrega valor ao seu patrimônio.

Por outro lado, os bens tangíveis, também chamados de corpóreos ou materiais, são aqueles que existem fisicamente, como móveis, imóveis, veículos, dinheiro, estoque, entre outros, que também integram o patrimônio.

Tanto os bens tangíveis quanto os bens intangíveis são propriedades da empresa, têm valor econômico para ela e podem ser convertidos em dinheiro (negociados, transferidos, vendidos ou alugados).

NOTA 2.4 - Disponibilidades de Caixa.

O Saldo constante em Caixa e Equivalentes de Caixa, é da importância de R\$ 76.949.477,52 distribuído nas contas contábeis abaixo:

- Bancos Conta Movimento - R\$ 2.280.538,32
- Rede Bancária - Arrecadação - R\$ 980.160,88
- Aplicações Financeiras - R\$ 73.688.778,32

Como podemos verificar todas as disponibilidades financeiras encontram-se alocadas em instituições financeiras oficiais e em sua quase totalidade em aplicações financeiras o que garante o retorno em rendimentos, o que se encontra alocada em conta movimento é o necessário para o fluxo curto de pagamento da entidade.

NOTA 3 - DÍVIDA ATIVA

O montante que consta em Dívida Ativa para o ano de 2024 é de R\$ 11.083.646,51 conforme detalamento abaixo:

Divida Ativa IPTU	R\$ 1.062.347,49
Divida Ativa ISS	R\$ 635.327,30
Divida Ativa DEMAIS TAXAS	R\$ 1.670.439,18
Divida Ativa NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 7.715.532,54

Nota 4 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES

Durante o exercicio foi realizado ajustes necessários . Abaixo segue discriminados os valores e justificativas dos ajustes realizados.

Data	Histórico	Valor
28/02/2025	Caminhao Ford patrimonio n. 324632 lançado em duplicidade, conforme baixa patrimonial n. 02/2025	R\$ - 2.047,97
01/10/2024	Baixa de saldo registrado equivocadamente de INSS e RPPS conforme processo edocs 2025-4d6h e 2025-jphfn.	R\$ 214.826,36
23/12/2025	Anulação de Restos a pagar solicitado pela secretaria.	R\$ 2.306,32
Total da Conta		R\$ 215.084,71

Nota 5 - CRÉDITOS ADICIONAIS.

Créditos adicionais são autorizações para despesas que não foram previstas ou que tiveram dotação insuficiente na Lei Orçamentária Anual (LOA). Eles servem como um mecanismo de ajuste para atender a necessidades não contempladas ou para reforçar despesas inicialmente consideradas. Podem ser de três tipos: suplementares, especiais e extraordinários.

Durante o ano de 2025, foram movimentados em crédito adicional o montante abaixo:

GERAL	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
Natureza Crédito	Valor Suplementado	Valor Anulado
Recurso: Excesso de Arrecadação	0,00	
Recurso: Recursos de Convênios	0,00	
Recurso: Superávit Financeiro	16.785.454,01	
Recurso: Suplementação/Anulação Dotação	63.724.230,77	63.724.230,77
Total Geral	80.509.684,78	71.134.023,04

Nota 6 - Precatórios

Não existem precatórios abertos contra a municipalidades, contudo na conta patrimonial de precatórios 213110802000.P sendo uma conta de provisão e devido a uma falha no sistema de lançamento ocasionado no pagamento de precatório que baixou apenas na conta de natureza financeira e faltou a baixa na conta da natureza permanente do saldo R\$ 13.181,22.

Kayo de Souza Kuster – CRC/ES – N° 013350/O-6